

3 Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade

“O sujeito é exposto e submetido à novidade, às heranças, aos traumas, aos prazeres e aos encontros. A forma como cada um integra esses fatores é que resultará na expansão ou no retraimento da subjetividade” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003, p. 43).

As uniões conjugais, apesar de muitas vezes envolverem rituais familiares cercados de alegria, como se traduz na celebração do casamento, são também situações críticas, que suscitam alguns rearranjos psíquicos e a transmissão de objetos familiares. Granjon (2000) sinaliza que a vida da família é composta por momentos críticos, dentre os quais destaca: os nascimentos, as mortes e as partidas. Esses eventos do ciclo vital da família marcam a história familiar e acreditamos que a instauração da conjugalidade seja um desses acontecimentos críticos, pois, dentre muitos fatores, é um momento em que elementos traumáticos não elaborados pelas gerações anteriores, que dizem respeito ao laço conjugal, possam vir a emergir.

É necessário refletir sobre o modo como esses elementos traumáticos são transmitidos pelos sujeitos e pelas gerações, enfatizando principalmente a transmissão que se processa na conjugalidade. Os conceitos de transmissão psíquica e de trauma ajudam-nos a entender os casos em que elementos irrepresentáveis se apresentam no psiquismo, seja no intrapsíquico, seja na intersubjetividade. Há alguns tipos de relações familiares em que a transmissão geracional se configura como um fenômeno invasivo, pois os descendentes não conseguem seguir outra via que não esteja de acordo com o imperativo narcísico que os antepassados – sejam pais ou avós – projetaram sobre eles. Sendo assim, pensando na conjugalidade, a via da criatividade na relação a dois encontrar-se-ia bloqueada, o que leva à compulsão à repetição dos modelos familiares. Sabemos que há uma dimensão de repetição natural nas famílias, mas que ainda assim abre-se caminho para a criatividade, presente na busca de elaboração do passado geracional.

Neste capítulo, buscaremos investigar a transmissão de elementos

traumáticos na conjugalidade, enfatizando o aspecto estruturante da transmissão do trauma. Para atingir esse objetivo, será necessário aprofundar o conhecimento da transmissão transgeracional ou transpsíquica, investigar a noção de trauma em psicanálise e, por fim, relacionar esses dois conceitos. Buscaremos, ainda, compreender as manifestações clínicas da transmissão traumática no casal a partir da própria forma de escolha do objeto amoroso, assim como pela análise da revivência de relações primárias e edípicas na instauração da conjugalidade, que acabam por produzir fenômenos como a fusão simbiótica no casal.

3.1. Fantasmas no quarto do casal

O objetivo desta pesquisa é problematizar a relação entre a transmissão psíquica inconsciente de elementos traumáticos e a constituição da conjugalidade. Abordamos a transmissão do trauma na conjugalidade, sendo o trauma transmitido transgeracionalmente, a partir de vivências de um passado conflitivo dos cônjuges que se repete na união conjugal. A transmissão também pode ocorrer a partir de aspectos traumáticos clivados no psiquismo dos membros do casal sendo transmitidos ao outro na formação do eu conjugal. Ambas as vivências relacionam-se a fantasmas da história de cada um dos parceiros que são revividos no quarto do casal.

Entendemos que há uma transformação psíquica no casal, sobretudo nos momentos de engajamento amoroso e na passagem para a parentalidade. A posição que cada um dos cônjuges ocupa na linhagem familiar será significativa no encontro do casal e a presença de elementos traumáticos transmitidos (psiquicamente) através das gerações é preponderante na formação da conjugalidade. Conforme já sinalizamos, assim como há a presença na esfera egoica dos elementos transmitidos geracionalmente, também temos que considerar os elementos transmitidos entre os cônjuges, através das trocas identificatórias que se fazem necessárias para a formação do eu conjugal. Benghozi (1999) sinaliza como uma das particularidades do casal “conjugar laços de aliança, a um nível horizontal e sincrônico (o sistema casal propriamente dito), e laços de filiação, inscrevendo-os, a um nível vertical e diacrônico, em uma relação com os ascendentes e os descendentes” (p. 252).

Nosso propósito é investigar como se processa a “psicopatologia normal” das relações amorosas, ou melhor, não pretendemos focalizar as relações conjugais de caráter patológico, mas sim investigar o processamento de transmissões psíquicas na conjugalidade normal. Nesse sentido, quando falamos em “elementos traumáticos”, estamos considerando o traumático constituinte, estruturante, presente na neurose comum. Laplanche (1988) usa a categoria “mensagens enigmáticas” para falar do encontro com o outro, que é um “estranho”, como um momento traumático, mas próprio da neurose comum. Podemos entender esse encontro com o outro – não o outro primordial, mas o outro na formação da conjugalidade – como algo que mobiliza profundamente o psiquismo, configurando-se como um momento limite, propício para a (re)definição das fronteiras egoicas.

Os elementos mal assimilados no psiquismo de antecedentes podem (re)aparecer quando se forma um novo casal, assim como a revivência de relações primárias e edípicas traumáticas também pode se constituir como um entrave nesse (re)encontro com o objeto de amor. Os aspectos traumáticos transmitidos através das gerações encontram-se recalcados ou mesmo clivados no psiquismo. No caso de estarem clivados, constituem-se como elementos não elaborados pelo ego, elementos irrepresentáveis, com os quais o ego não consegue entrar em contato, sob pena de se desestruturar. Nesse sentido, a clivagem seria uma defesa psíquica ante o colapso egoico. Contudo, conforme analisaremos com mais detalhes adiante, elementos clivados no psiquismo – que dizem respeito a aspectos traumáticos – podem também estar presentes no neurótico, e não somente em patologias mais graves, como os estados-limites ou mesmo psicóticos. As noções de cripta e fantasma, utilizadas por Abraham e Torok (1995), nos falam desses elementos que saíram da circulação psíquica dos sujeitos, mas que se apresentam muitas vezes via ato ou sintoma familiar.

Quando falamos em incorporação, conceito já trabalhado no capítulo 2, estamos nos remetendo a algo que não foi metabolizado no psiquismo e, portanto, também ao que pode se repetir. Nos casos onde há uma falha na transmissão psíquica, ou seja, onde “o trabalho de simbolização, necessário ao processo de subjetivação, é atingido por uma série de traumatismos acumulados e de lutos não elaborados” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005, p. 30), percebemos o quanto pode se tornar difícil a constituição do eu conjugal. Convém ressaltar que aspectos

traumáticos não são estruturantes ou desestruturantes em si, ou seja, por suas qualidades, mas sim serão qualificados de uma forma ou outra em relação com a capacidade de elaboração egoica do excesso pulsional que comportam.

Segundo Eiguer (1998),

Para a família, o vínculo da transmissão psíquica entre gerações veicula um legado organizador, uma herança benévola, reparadora, ao lado da qual mora uma parte maldita com a qual o indivíduo tentará coexistir ou lutar. Parte maldita nos diferentes sentidos do termo: portadora de maldição e de fatalidade, parte vergonhosa, fardo pesado e de obstrução. ‘Mal-dita’ parece-me mais pertinente que ‘não-dita’. Palavra mal enunciada, desgarrada, ruidosa (p. 40).

Essa parte “mal-dita” da herança, que aparece na formação do eu conjugal – pelas transmissões inter e transgeracionais presentes na constituição da identidade do casal –, refere-se aos elementos traumáticos transmitidos. Esses elementos podem dizer respeito a situações mais primárias na relação mãe-bebê, em que, por exemplo, uma mãe está deprimida e não consegue investir afetivamente em seu bebê, ou uma mãe ansiosa, que não consegue tolerar suas próprias angústias diante de um bebê, que ainda possui somente um esboço de ego. Por outro lado, os elementos traumáticos podem referir-se ao período edípico, em que a intensificação das pulsões faz com que o ego tenha que domá-las, ao mesmo tempo em que o desejo é de transgredir os limites impostos pela lei edípica com relação ao incesto. Ambos os períodos são fundamentais para a constituição do psiquismo, assim como são momentos em que o modelo de relação de objeto que o sujeito irá repetir ao longo da vida vai se estabelecer. Esse modelo de relação – a experiência com os primeiros objetos de amor com toda a carga pulsional que ficou registrada no psiquismo – será repetido na conjugalidade. São esses alguns dos fantasmas que assombram o quarto do casal, isto é, situações em que a circulação das representações pela palavra encontra-se bloqueada, despertando um afeto negativo e imobilizador nos parceiros (Eiguer, 2001).

Constatamos que a dificuldade na constituição do eu conjugal – que pressupõe um processo de luto do objeto perdido, uma vez que o objeto edípico foi interdito e o objeto amoroso da conjugalidade é seu substituto disfarçado – remete-nos a entraves nas relações anteriores (primárias e edípicas). Pode-se supor que essas relações do passado, que são revividas na conjugalidade, também

eram estabelecidas pela não diferenciação, pela incorporação do outro em si, e não pela introjeção, através dos processos identificatórios próprios à constituição psíquica, uma vez que parece ocorrer nesses casos uma dificuldade na elaboração do luto.

De acordo com Abraham e Torok (1995):

O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta. Na fuma repousa, vivo, reconstruído a partir de lembranças de palavras, de imagens e de afetos, o correlato objetual da perda, enquanto pessoa completa, com sua própria tópica, bem como os momentos traumáticos – efetivos ou supostos – que haviam tornado a introjeção impraticável (Abraham e Torok, 1995, p. 249).

Para os autores, criar uma fantasia de incorporação é perpetuar um segredo intrapsíquico. Neste trabalho de pesquisa, pensamos esse segredo mais como um aspecto traumático, que é transmitido transgeracionalmente e, portanto, inconsciente também para aqueles que transmitem o legado. O conceito de transmissão psíquica nos auxilia a pensar esses casos, pois diz respeito à “herança inconsciente” que os pais transmitem para os filhos – ou gerações que nem tiveram contato direto – e da qual estes precisam se apropriar. Nesse sentido, quando há uma falha na transmissão, não é possível que a introjeção dos aspectos parentais se dê e, portanto, estamos no terreno da incorporação, ou seja, quando enigmas do outro invadem o ego, como nos aponta Laplanche (1988).

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2004), “a herança transgeração é baseada nos elementos brutos, não elaborados, na história lacunar, traumática e, por ser composta de material não elaborado, cria obstáculos ao processo de apropriação” (p. 251). Nesse sentido, a incorporação é entendida como uma impossibilidade de fazer o luto do objeto perdido, de se apropriar dessa herança, o que faz com que o objeto incorporado seja mantido na fantasia. Isso que ficou incorporado – essa “cripta”, se utilizarmos o termo de Torok e Abraham (1995) – vai sendo transmitido pelas gerações através de repetições ligadas ao trauma, ou mesmo através dos segredos familiares.

Faz-se necessário, portanto, um trabalho psíquico em torno da herança desses fantasmas que assombam o quarto do casal. Tal trabalho pode ser efetuado por meio da historicização propiciada pelo processo psicanalítico. Kaës (2001) nos diz que “a noção de trabalho psíquico da transmissão é entendida como o processo e o resultado de ligações psíquicas entre aparelhos psíquicos e como as

transformações operadas por essas ligações” (p. 69). Trabalha-se, portanto, com os elementos que compõem a história do casal, assim como com o vínculo intersubjetivo e os processos identificatórios (sobretudo as projeções), que ocorrem entre os membros do casal.

Nesse momento, interessa-nos aprofundar o estudo sobre o trauma para que possamos, mais adiante, estudar as relações conjugais baseadas na fusão, na assimilação sem elaboração dos elementos traumáticos do outro (cônjuge). Consideramos que as projeções que existem na formação do casal conjugal têm relação com os aspectos traumáticos do outro clivados e, portanto, inacessíveis ao psiquismo consciente. Sendo assim, faz-se necessário revisitar o conceito de trauma em psicanálise para que possamos melhor compreender os aspectos identificatórios, em sua dimensão traumática, envolvidos na formação do casal conjugal.

3.2.

A questão do trauma em psicanálise

A questão do trauma foi pensada por muitos autores de formas distintas na psicanálise. Freud, inicialmente, nos seus “Estudos sobre a histeria” (1895), considerava o trauma como um acontecimento real em que um adulto abusava sexualmente de uma criança e tal fato, posteriormente, iria adquirir uma dimensão traumática através da ligação dessa primeira cena (trauma real) com uma outra cena *a posteriori* que fizesse rememorar o trauma vivido na infância. Esta foi sua primeira teoria do trauma, que logo foi abandonada, dando lugar ao entendimento do trauma ligado à fantasia e, portanto, à dimensão pulsional.

Lejarraga (1996), na obra “O trauma e seus destinos”, ressalta que a expressão “teoria do trauma” remete ao excesso de excitação que não pôde ser descarregado e, portanto, ao fator quantitativo, o que ainda não é o conceito utilizado por Freud em suas primeiras formulações sobre o trauma. No início da teoria freudiana, o autor desenvolve a “teoria da sedução” para desenvolver posteriormente o conceito de trauma (conhecida como a sua primeira “teoria do trauma”), que se referia à sexualidade que provém do outro, do adulto que erogeniza o *infans*. Com o abandono, ainda que parcial, dessas ideias iniciais sobre o trauma, Freud enfatiza a noção de realidade psíquica, dando um peso

maior aos desejos sexuais infantis na formação do psiquismo, com a elaboração, por exemplo, da teoria do Complexo de Édipo. Lejarraga (1996) aponta que a ideia freudiana sobre a sedução traumática, que tinha sido abandonada em 1897, retornou mais tarde em sua obra com a figura da mãe como a primeira sedutora, sendo, portanto, ressituada a partir da teoria do Complexo de Édipo, central na origem da sexualidade. Foi no “Esboço de psicanálise” onde Freud (1940[1938]) afirmou que, através dos cuidados corporais, a mãe torna-se a primeira sedutora da criança.

Em 1920, no texto “Além do princípio do prazer”, Freud elabora melhor o conceito de trauma, entendido, nesse momento da teoria, como um excesso pulsional com relação ao qual o ego não consegue se defender, uma excitação que não pôde ser descarregada pelas vias normais do aparelho psíquico. O trauma não pode ser evocado e não obedece ao princípio do prazer – está ligado à compulsão à repetição, o que ele identifica a partir dos sonhos traumáticos, das neuroses traumáticas e das brincadeiras infantis, como tentativas de elaboração de uma situação traumática. Segundo Lejarraga (1996), “o pulsional é traumático porque a força pulsional não é absorvida por inteiro no universo significante, porque irrompe como um ‘corpo estranho’ no aparelho egoico, não submetido ao princípio do prazer” (p. 31).

Essa teoria do trauma diz respeito à ação da pulsão de morte; contudo, conforme Freud (1920) coloca através dos exemplos clínicos, não se pode observar a ação pura da pulsão de morte, mas sim uma mescla pulsional das pulsões de vida e de morte. No trabalho em questão, Freud postula o dualismo Eros-Tanatos, objetivando distinguir o que está inscrito e representado, que é Eros, do que é energia pulsional desligada, sem representação e além do princípio do prazer, que é Tanatos (Lejarraga, 1996).

Lejarraga (1996) lembra-nos que tanto a sedução quanto o desamparo “só se tornam traumáticos *a posteriori*, quando o excesso pulsional – devido à ausência ou presença do investimento do outro – pode ser significado como uma ameaça egoica” (p. 66). O verdadeiro estatuto de trauma é alcançado quando o excesso energético se constitui como uma ameaça narcísica. Nesse sentido, a instauração da conjugalidade pode ser compreendida como uma situação traumática, por envolver um excesso pulsional – propiciado pela fusionalidade própria ao vínculo conjugal, no estabelecimento do psiquismo compartilhado pelo

casal – e, portanto, pode acabar por se constituir uma ameaça narcísica, já que os limites egoicos são alterados.

Os autores pós-freudianos continuaram as investigações sobre o trauma, mas sempre tentando ampliar o que Freud havia começado. Laplanche (1988) considera o trauma como estruturante do psiquismo, afirmando que as mensagens dos adultos são enigmáticas para a criança e, por isso, traumáticas, mas ao mesmo tempo constitutivas do psiquismo. Laplanche concebe sua teoria da sedução originária como traumatizante exatamente pelo caráter enigmático das mensagens provindas do adulto e pela não possibilidade de fornecimento dos códigos de tradução dessas mensagens pelo próprio adulto, uma vez que as mesmas também são inconscientes para este.

Ribeiro (1996) afirma que “o trauma, a mensagem sexual oriunda do outro, é o que escapa sempre à eficácia tradutiva” (p. 52). Segundo o mesmo autor, os elementos desconexos provindos das mensagens veiculadas pelos adultos tentam ser dominados pelas crianças por meio da criação de “complexos”: o Édipo e a Castração fazem parte do trabalho de ordenação do enigma da sexualidade pelo qual a criança passa.

Ainda sobre a “teoria da sedução generalizada” laplancheana, Cardoso (2002) acrescenta que ocorre uma confrontação da criança com o adulto sedutor, mais especificamente com as suas mensagens sexuais e enigmáticas (também para o adulto), que ultrapassam a capacidade de domínio da criança. Esta é, segundo a autora, uma situação de passividade originária. As mensagens são inscritas no psiquismo da criança por meio de um processo chamado por Laplanche de “implantação”, processo comum, estruturante e neurótico; diferentemente da sua variante violenta, o processo de “intromissão”, no qual ocorre um fracasso no processo de tradução (Cardoso, 2002). “Só a partir do processo do recalçamento é que podemos supor que certas mensagens não chegarão a entrar no esquema da tradução simbolizante, permanecendo, então, bloqueadas nessa posição de enclave” (Cardoso, 2002, p. 107). Esses enclaves dizem respeito aos elementos traumáticos, presentes no psiquismo tanto de neuróticos quanto de psicóticos.

A teoria da sedução generalizada de Laplanche coloca-nos diante da constituição traumática, mas estruturante, do psiquismo da criança em sua relação com o “outro”, aspecto importante para nossa pesquisa, no sentido de que o “outro conjugal” será novamente alguém que confrontará o ego, por trazer novos

elementos ou mensagens, por vezes enigmáticas e intraduzíveis, para o psiquismo do casal. Se essas mensagens irão se configurar como traumáticas, inassimiláveis ou não, ou mesmo se serão estruturantes para a constituição do eu conjugal, irá depender da história de cada casal particularmente e da capacidade de elaboração dos parceiros. Nosso objetivo, no presente trabalho, é discutir os processos de transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade, o que consideramos possível de articulação com a teorização de Laplanche sobre as mensagens enigmáticas transmitidas (inconscientemente) às crianças pelos adultos nos primeiros anos de vida. As mensagens transmitidas entre os membros de um casal também podem ser enigmáticas pela estraneidade que comportam e, portanto, pela possibilidade de envolverem uma dimensão traumática, assim como pela mobilização de aspectos muito regressivos dos cônjuges.

Podemos também refletir sobre a questão do trauma e sua definição a partir das ideias de Myriam Uchitel (2001), que escreveu sobre a neurose traumática. A autora questiona o conceito de trauma, apontando duas vias possíveis de compreensão: uma que aponta para a irrepresentabilidade do evento (abarcando os estados *borderline*, os psicóticos e os perversos), decorrente da cisão e fragmentação egoica; e outra via é aquela que aponta para um ego sobrecarregado pela fixação e pelo excesso, o que reaparece na repetição, nas fantasias, nos pensamentos e nos sonhos, próprios de uma neurose.

É certo que, mesmo que esse segundo modelo de trauma fale de uma lógica neurótica, sempre haverá aspectos traumáticos irrepresentáveis, de modo que não cabe dicotomizar entre uma “clínica do irrepresentável” *versus* uma “clínica da representação”, mas considerar em todo psiquismo aspectos traumáticos não representáveis e aspectos inscritos que conseguiram uma representação (Uchitel, 2001). Uchitel considera que é o modo como o estado traumático se processa que dá lugar aos diferentes quadros:

A saída neurótica integra no psiquismo o trauma por meio de sentidos, fantasias, recalques e sintomas simbólicos. As psicoses, os estados *borderline* e as perversões mostram o ‘verdadeiro’ caráter traumático. O trauma não é assimilado e integrado com o resto dos conteúdos psíquicos. Seu impacto insuportável cinde ou fragmenta o ego, isola o acontecimento e impede encontrar, pela representação, uma metabolização mais saudável (Uchitel, 2001, p. 151).

Nosso argumento está de acordo com o pensamento de Uchitel (2001), quando consideramos que a conjugalidade mobiliza aspectos traumáticos, mesmo em se tratando de casais neuróticos. Nos casais neuróticos, o mecanismo da repetição se faz presente na tentativa constante de buscar uma elaboração, uma ligação do excesso pulsional com relação ao qual o ego não consegue lidar; entretanto, não são casos em que há uma cisão egoica mais intensa, como parece ocorrer nos estados psicóticos e limítrofes citados por Uchitel. Na conjugalidade, interessa-nos estudar a presença de aspectos irrepresentáveis no psiquismo do casal e, portanto, traumáticos, mas sem tomá-los como patológicos; são aspectos que dizem respeito ao trauma estruturante, por meio do qual todo e qualquer psiquismo se constitui. É no contato com o outro, no processo de constituição do eu conjugal, que esses elementos serão mobilizados.

Os estudos no campo da psicanálise de casal e família trabalham fundamentalmente sobre esses aspectos irrepresentáveis no psiquismo e com a própria noção de trauma a partir das contribuições teóricas de Abraham e Torok (1995). Estes autores trouxeram acréscimos importantes à teoria freudiana sobre o trauma, ampliando o entendimento do trauma como relacionado a um segredo ou uma cripta, que vai sendo transmitido através das gerações, sem que seja um processo consciente e fruto de elaboração psíquica. Abraham e Torok (1995) não deram relevo, contudo, ao estudo do conceito de trauma em si, mas sim investigaram os processos identificatórios ligados à transmissão de um segredo através das gerações.

A seguir, percorreremos alguns dos autores atuais que estudam as relações familiares sob o viés da transmissão psíquica geracional, com o objetivo de compreender melhor a nossa questão de pesquisa, que é a transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade.

3.3. Transmissão transpsíquica na conjugalidade

Lembremo-nos dos conceitos sobre transmissão já trabalhados no capítulo 2, para que possamos investigar, agora mais profundamente, o processo de transmissão que atravessa o inconsciente das gerações e, retomando nosso objetivo, aquilo que atravessa as fronteiras psíquicas dos membros do casal.

Tratamos agora, portanto, da transmissão traumática, da transmissão sem ou com pouca transformação, da transmissão na qual falha a tela de proteção do aparelho psíquico.

Com o objetivo de retomar os conceitos, recordemos que a transmissão intergeracional é estruturante, constituída por fantasias, imagos e identificações, organiza a história familiar e, do ponto de vista do sujeito, sua novela individual neurótica. As transmissões transgeracionais, por outro lado, são aquelas propiciadas por situações em que os pais não têm uma capacidade de metabolizar as agonias primárias do bebê, pois aqueles (os pais) sofreram situações traumáticas, lacunares, segredos, vazios, enfim, situações e espaços que carecem de uma dimensão transformadora. Essas situações e vivências subjetivas acabam sendo transmitidas violentamente de uma geração a outra, sem que se preserve os espaços subjetivos de cada um. Trachtenberg (2005) afirma que:

As transmissões transgeracionais inauguram uma cadeira traumática transgeracional, dominada pela repetição, em detrimento da memória e da historização do sujeito, enquanto as transmissões intergeracionais tornam possível o estabelecimento de uma cadeira (elo) geracional (Trachtenberg, 2005, p. 119).

A autora afirma que, por meio do vínculo qualificado com outro, será possível a reintrodução do passado no campo das palavras, da memória e da história. O vínculo qualificado com outro pode ocorrer, em nosso entendimento, dentro da família – na relação pai/mãe e filho ou mesmo entre irmãos –, assim como na relação entre os membros de um casal. A conjugalidade pode ser pensada como uma via de possibilidade de elaboração do passado, de introdução no campo da palavra e do afeto de tudo o que estava encapsulado no psiquismo, daquilo que vinha sendo passado pela história familiar e mal apropriado pelas gerações.

Quando elementos da história não podem ser transmitidos por meio da palavra, o que ocorre é a transmissão bruta, pois são os aspectos encapsulados no psiquismo que estão fazendo pressão para eclodir. Entra-se no campo, portanto, da transmissão do negativo. Trachtenberg, Kopittke, Pereira, Chem e Mello (2005) analisam, no texto “O negativo e as transmissões transgeracionais”, o conceito de negativo nas patologias da atualidade. O objetivo dessas autoras é estudar os efeitos da transmissão psíquica de aspectos negativados no psiquismo dos pais sobre os filhos, especialmente nas patologias ligadas ao vazio, ao existir/não-

existir. As autoras resgatam o conceito de negação, presente na obra freudiana, como estando relacionado à pulsão de destruição, assim como ligado aos processos de cisão e clivagem do ego – aqueles em que o ego rechaça e, portanto, nega algo do mundo exterior ou uma exigência pulsional do mundo interno.

Ainda investigando os casos traumáticos, Kopittke (2005) aborda o tema da transmissão através das gerações de vivências que ficaram sem significação. Segundo a autora, nos casos em que lutos mal elaborados são transmitidos, estamos diante de uma repetição que está além do intrapsíquico individual, pois transita através das redes vinculares. Na conjugalidade, os lutos mal elaborados transitam, portanto, no espaço psíquico compartilhado pelo casal, exigindo dos parceiros um trabalho psíquico de elaboração dos elementos traumáticos que afloram. Esses lutos podem corresponder a vivências conjugais aflitivas, que remetem a: situações de separações traumáticas, traições, relações conjugais marcadas pela violência e muitos outros exemplos. Eiguer (2001) acrescenta que:

[...] pode-se observar situações ou experiências traumáticas semelhantes nos dois parceiros, tais como os casamentos de conveniência na linhagem de cada um, pais que abandonaram o lar, etc. Essas representações são projetadas no contexto dos elos inconscientes, cada membro da família se dirigindo ao outro, de acordo com o modelo objetal e relacional das representações em questão (p. 19).

O meio através do qual essas vivências ou lutos mal elaborados são transmitidos seria pela transmissão do “objeto-fantasma” na cadeia transgeracional, que ocorre pela identificação de cada sujeito ao seu genitor, que possui o objeto sepultado clivado em seu ego (Kopittke, 2005). O sujeito acaba por incorporar o portador do fantasma e o fantasma, sem a possibilidade de reconhecer os contornos que diferenciam os mesmos. Kopittke (2005) ressalta que a clínica vincular nos defronta frequentemente com experiências traumáticas semelhantes em ambos os parceiros de um casal, as quais são projetadas nos elos inconscientes que se formam entre eles.

A transmissão transgeracional é um tipo de transmissão em que se carrega uma parte não-acessível da história do outro, não havendo espaço de retomada e transformação, o que acaba por afetar o sujeito singular e a intersubjetividade do grupo (Granjon, 2000). Esse ponto é importante para o estudo da conjugalidade, uma vez que os elementos traumáticos dos quais estamos tratando – principalmente aqueles ligados à história factual familiar – podem estar presentes

em um ou em ambos os membros do casal, mas de fato não é relevante de onde partiu, mas sim que o elemento irrepresentável influencia substantivamente a formação do psiquismo compartilhado pelo casal.

Partindo da ideia de que há a constituição de um ego compartilhado na conjugalidade e, portanto, sem delimitação clara das fronteiras psíquicas entre os membros do casal, consideramos que a parte não-acessível da história de gerações anteriores que reaparece pode ser percebida pelo eu conjugal como um excesso pulsional, que necessita ser dominado. Conforme nos lembra Chem (2005): “No exercício diário das relações amorosas as fronteiras entre interno e externo, dentro e fora não são permanentes e, em muitos momentos, ameaçam desaparecer” (p. 85). A dificuldade está em conciliar o estabelecimento de uma diferenciação egoica separada, o que é importante para a preservação da individualidade, sem projeção maciça de cargas psíquicas violentas de um sobre o outro, e, por outro lado, o estabelecimento de um eu conjugal, de uma identidade de casal, necessária para o estabelecimento de um vínculo consistente da conjugalidade.

Outro ponto importante do trabalho da transmissão psíquica, apontado por Granjon (2000), é o fato de, quer seja na transmissão intergeracional ou transgeracional, sempre haverá um trabalho de reconstrução de uma geração para a outra. A transmissão, na maior parte dos casos, não é passiva. Ela forma um mosaico, em que alguns elementos transmitidos serão apropriados pelos filhos de uma ou outra forma, dependendo do lugar que ocupam na família ou de seu desenvolvimento. Esse trabalho de transmissão pode também acabar tornando-se um trabalho incompleto ou inacabado.

A transmissão entre pais e filhos ocorre desde muito cedo – já no ventre materno, à criança são transmitidos desejos de seus pais. Depois do nascimento, essa transmissão permanece por meio dos cuidados, da voz, das palavras dos cuidadores e tudo isso é captado pela criança (Granjon, 2000). As “mensagens negativas” da transmissão transgeracional, como denomina Granjon (2000), serão transmitidas aos filhos por via de identificação primária, inicialmente, e, posteriormente, pela identificação edípica.

De acordo com Laplanche (1988), como vimos, a constituição do psiquismo ocorre através das mensagens enigmáticas transmitidas às crianças pelos adultos e estes são os mesmos que irão fornecer os códigos de tradução dessas mensagens. As crianças são, portanto, herdeiras forçadas dos significantes

incompreensíveis impostos pelo mundo adulto, ainda que em sua maior parte de forma inconsciente. De modo semelhante, assim como os sujeitos recebem mensagens enigmáticas inconscientes de seus pais na infância, também na idade adulta transmitem enigmas ao parceiro conjugal, no momento da instauração da conjugalidade e, portanto, na constituição do eu conjugal.

Ocorre, contudo, que o cônjuge possui os códigos de tradução das mensagens que a criança não possui. O transpsíquico – a intrusão no psiquismo do outro – age sobre um psiquismo em formação, o da criança, enquanto que, no caso de um casal, estamos diante de dois indivíduos adultos (Robert, 2005). Essas mensagens enigmáticas, emitidas pelo parceiro, muitas vezes dizem respeito a fantasmas do passado, a elementos traumáticos que assombram o psiquismo de um ou dos dois membros do casal.

Correa (2000) levanta uma questão sobre a possibilidade de, numa perspectiva clínica, poder identificar o modo como os fantasmas acabam por se transformar em organizadores do psiquismo dos pacientes, o que ocorre sobretudo por meio de mecanismos de identificação, que estão na base do processo de transmissão e que envolvem intenso investimento libidinal. No estudo da conjugalidade, essa hipótese pode também ter um sentido, já que há a possibilidade de elaboração dos elementos traumáticos que emergem na constituição da identidade conjugal, ainda que tal processo possa envolver intensa angústia nos membros do casal.

A autora afirma, sobre o trauma, que:

A angústia, derivada de um excesso de excitação provocada pelo acontecimento traumático e a incapacidade de contê-lo transformando-o em experiência metabolizada, provocará necessariamente desorganizações secundárias, efração dos envelopes individuais e grupais, aumentando a violência nos diversos espaços psíquicos (Correa, 2000, p. 66).

Esses envelopes grupais, mencionados por Correa, utilizando a terminologia de Anzieu (1985), dizem respeito a defesas do psiquismo ante o excesso pulsional que provoca uma desorganização psíquica. Segundo Correa (2000), o acontecimento traumático pressupõe: um ataque ao narcisismo e o perigo de saturação do aparelho psíquico em sua capacidade de representação. Esses dois processos, que ocorrem no psiquismo em situações traumáticas, estão presentes tanto no que diz respeito a conteúdos fantasmáticos, quanto a patologias

que envolvem processos de clivagem do ego.

Conforme abordamos no capítulo 2, forma-se um envelope psíquico pelo casal na constituição do eu conjugal e podemos acrescentar que este envelope pode funcionar como uma defesa frente à intensa carga pulsional advinda dos elementos traumáticos transmitidos transgeracionalmente. Lembremos, contudo, conforme ressaltam André-Fustier e Aubertel (1998), que a herança transgeração, a qual estamos trabalhando neste tópico, “compreende igualmente elementos que permanecem em instância de representação, sem ser, no entanto, de natureza traumática” (p. 134).

Trachtenberg e col. (2005), ao se referirem à transmissão geracional, utilizam uma interessante metáfora sobre esse processo: as bonecas russas – matrioskas. Essa metáfora ilustra a condensação de gerações pelo processo de identificação inconsciente. Faimberg (2001) nomeia como “telescopagem geracional” esse processo, que apresenta um tempo circular, repetitivo, no qual de uma geração para a outra não há espaço de diferenciação, falta espaço psíquico para o desenvolvimento pleno da identidade. Considera-se, portanto, necessário que se faça uma “historicização” por meio da transferência no tratamento psicanalítico, o que permite que os efeitos sobre o ego de um segredo ou mesmo de uma situação traumática possam ser alterados. Isso pode ser implementado através de uma “desidentificação” com a história passada, uma vez que, quando um tipo de identificação se historiciza, o sujeito adquire a possibilidade de se situar em relação à diferença das gerações (Faimberg, 2001).

Identificar o que seria traumático na conjugalidade não é nossa tarefa aqui, uma vez que tal trabalho implicaria em uma investigação da história particular de cada casal. No entanto, consideramos que algumas das características permanentes da conjugalidade permitem levantar alguns processos próprios ao encontro conjugal que tocam a questão da transmissão de elementos traumáticos de forma mais ampla. Um desses processos seria a revivência das relações primárias e edipianas, que é uma importante característica da constituição da conjugalidade, na medida em que os membros do casal deparam-se com o excesso pulsional advindo dessas relações, o que pode ser vivido como traumático. Outro exemplo seriam os processos próprios à formação do eu conjugal: a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva, que também são constituintes da conjugalidade e remetem à transmissão de elementos (traumáticos ou não) entre

os membros do casal. Sendo assim, passaremos agora à análise da revivência das primeiras relações com os pais, que são reeditadas na conjugalidade, com um olhar para a dimensão traumática nelas presentes.

3.4.

Reedição de experiências passadas na conjugalidade

A conjugalidade suscita a reedição de relações objetais do passado. A fusionalidade e a dependência, em certa medida, são esperadas na conjugalidade, sendo frutos da revivência de relações arcaicas e relacionadas ao próprio apoio narcísico demandado ao parceiro no vínculo conjugal.

Entretanto, o encontro de duas subjetividades promovido pela conjugalidade não dá margem apenas à repetição, mas também à renovação (Levy, 2013; Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). Nesta pesquisa, buscamos ampliar a compreensão da conjugalidade, a partir do estudo da influência da transmissão, acreditando que as relações primárias e edípicas são constituintes do psiquismo, e não limitadoras do desenvolvimento.

No capítulo 1, estudamos os primórdios da conjugalidade, sinalizando que a formação de um casal reedita a relação primária mãe-bebê, assim como mobiliza fantasias edípicas, sendo, portanto, a instauração da conjugalidade um momento de possibilidade de elaboração dos conflitos do passado. Um autor importante para a psicanálise que pesquisa o desenvolvimento do amor e suas raízes nos relacionamentos passados é Kernberg (1995). Ele aborda, de forma detalhada, como se dá o desenvolvimento do amor sexual maduro, que integra ternura e erotismo, iniciando pelas origens da excitação sexual e percorrendo a constituição da intimidade emocional do casal, o que reativa a ambivalência das relações edípicas e pré-edípicas. São as características do antigo objeto (edípico ou pré-edípico), com os quais houve conflito, que o parceiro tenderá a projetar no outro, através do mecanismo da identificação projetiva.

Os estudos sobre a relação mãe-bebê, segundo Kernberg (1995), colocam as relações objetais como centrais na ativação dos afetos – ou seja, as relações de objeto se referem aos estados afetivos mais iniciais. O desenvolvimento afetivo baseia-se em relações objetais afetivamente investidas, que se constituem enquanto memória afetiva. Como exemplo, o autor fala que “o anseio permanente

de proximidade e estimulação física e de entrelaçamento das superfícies corporais está vinculado ao anseio de fusão simbiótica com o objeto parental e, pela mesma razão, com as mais primitivas formas de identificação” (Kernberg, 1995, p. 34) – nesse caso, o que está em jogo são as relações mais primárias com os objetos parentais.

Tendo em vista que o encontro amoroso rememora intensamente a fantasia do vínculo precoce com a mãe, a redescoberta do amor e a relação fusional que se colocam na conjugalidade remontam a essa primeira relação: a relação primária mãe-bebê. Há, no entanto, uma oscilação entre momentos de maior fusionalidade e outros momentos de maior discriminação entre os membros do casal. Eiguer (1985), tratando das fantasias fundadoras do casal, aponta que casais mais regressivos oscilam entre a fantasia de elação intra-uterina (no engajamento amoroso) e as fantasias objetalizadas do seio (em momentos posteriores); enquanto que os casais genitalizados oscilam entre a fantasia de sedução e a fantasia de castração, respectivamente nos momentos descritos anteriormente.

Contudo, convém refletir sobre de que forma os membros do casal lidam com todas essas fantasias e afetos suscitados pela conjugalidade. Kernberg (1995) considera que é por meio do mecanismo da identificação projetiva que os parceiros atuam as fantasias fundadoras do casal. O autor diz ainda que:

O desejo inconsciente de reparar os relacionamentos patogênicos dominantes do passado e a tentação de repeti-los em termos de necessidades agressivas e vingativas insatisfeitas resulta em sua reencenação com o parceiro amado. Através da identificação projetiva, cada parceiro tende a induzir no outro as características do antigo objeto edípico e/ou pré-edípico com quem ele ou ela tiveram conflitos (Kernberg, 1995, p. 80).

O enfoque nesta citação acima são os relacionamentos patogênicos do passado, contudo, gostaríamos de pontuar que não são somente estes que são reencenados na conjugalidade. Sabemos que as relações primárias ou pré-edípicas comportam uma dimensão de agressividade, através das contribuições kleinianas: o bebê está sempre em conflito com o objeto bom e o objeto mau e cada um destes será passível de introjeção, incorporação ou projeção. Nas relações edípicas, a teorização freudiana ressalta os sentimentos hostis do menino por seu pai e afetuosa pela mãe – como, por exemplo, descrito no Caso do Pequeno Hans (Freud, 1909) –, assim como a ambivalência inerente às mesmas relações: o

menino também ama seu pai e odeia sua mãe. Esses sentimentos todos, edípicos ou pré-edípicos, são reencenados na instauração da conjugalidade. Como exemplo, Kernberg (1995) fala que “um marido dominante e uma esposa submissa se transformam, respectivamente, num garotinho lamuriendo e numa severa mestra quando ele fica gripado e precisa de cuidados” (p. 81). Vemos, nessa ilustração, a reedição das relações primárias e edipianas na conjugalidade.

O casal tem como característica a permanência: o cônjuge, na condição de eleito, é o outro que sempre estará lá, sendo assim, destaca-se como objeto privilegiado – por ser o mais amado, pode ser o mais odiado (Titan, 1999). Tal ambivalência diz respeito à primeira relação objetal, o seio materno, depositário do maior amor e do ódio mais intenso também. Essa relação inicial com a mãe é, portanto, atualizada na relação conjugal.

Titan (1999) coloca que a posição do objeto é singular na relação de casal, pois possibilita muitas projeções de intensidades desconhecidas pelo sujeito, o que faz com que o objeto sinta e saiba de fantasias e desejos vitais para o ego do outro, sendo que tal processo só é possibilitado por uma relação de confiança.

Quando o objeto surge, a tendência do sujeito é a de produzir descargas dentro dele, as quais produzirão afetos prazerosos ou desprazerosos. Tais descargas correspondem aos resultados das projeções inconscientemente realizadas, isto é, a identificação projetiva altera o objeto e essa alteração informa, não sem turbulência, a respeito de qualidades introduzidas no objeto (Titan, 1999, p. 22).

A teoria kleiniana das relações objetais indica que as relações de objeto sempre envolvem projeções, o que nos fala da existência, ainda que parcial, de uma eleição narcísica de objeto, ou seja, a escolha do parceiro tem a ver com o próprio eu do indivíduo (Titan, 1999). Para o autor, todas as nossas relações são potencialmente possessivas, exclusivistas e totalizantes; sendo assim, faz-se necessário delimitar qual é o limite do patológico.

Segundo Fagundes (1999), se os membros do casal não conseguirem lidar com o fenômeno regressivo que ocorre na relação do casal, podem não conseguir experimentar um relacionamento sexual maduro. Isso ocorre, pois, conforme argumentamos com Kernberg (1995), o desenvolvimento do amor sexual maduro pressupõe uma boa integração da ternura e do erotismo, o que reativa a ambivalência das relações edípicas e pré-edípicas.

Prevalecendo, portanto, a ilusão de fusão no casal, não há espaço para a capacidade de empatia e percepção do outro, que passa a ser depositário de todos os conflitos edípicos e pré-edípicos do parceiro. Nesse caso, o objeto interno de um é colocado no parceiro através da fusão e da identificação projetiva. Fagundes (1999) defende que dificuldades acentuadas na vivência fusional primária podem fazer com que o sujeito permaneça em um estado de narcisismo, de “ilusão de fusão” – nesses casos, a capacidade de amar o outro estaria seriamente comprometida.

Esse movimento regressivo do casal, contudo, não é somente uma repetição do passado – das experiências precoces entre mãe e bebê –, mas sim há um movimento de reorganização. A relação amorosa se apóia numa fantasia, visando à ilusão perdida (Robert, 2004). Contudo, consideramos que há um espaço transicional na conjugalidade com potencialidade de transformação daquilo que é transmitido e que parece ser pura repetição do passado. Conforme afirma Alvarenga (1996), “mesmo sendo impossível não repetir padrões arcaicos surge, através do trabalho da sublimação, a possibilidade de inovação para além da repetição” (p. 31).

Na medida em que sinalizamos que certa fusionalidade e dependência são características esperadas na conjugalidade e que a vivência fusional primária é reativada no encontro conjugal, convém investigarmos mais profundamente a fusão simbiótica no casal. Portanto, nosso próximo passo será estudar a característica de fusão que a conjugalidade comporta, o que pode se aproximar mais ou menos de um funcionamento patológico, para que, por fim, possamos analisar algumas manifestações clínicas do traumático na conjugalidade.

3.5. A fusão simbiótica no casal

Já mencionamos o fato de que a conjugalidade é, ao mesmo tempo, espaço para a reedição de relações objetais do passado e espaço para a promoção de uma nova dinâmica relacional, ou mesmo se oferece como um espaço com potencial de criação do novo. Essa ideia nos conecta com o conceito winnicottiano de transicionalidade, pois este possibilita-nos falar da modificação e da criação de um espaço relacional, transicional, na conjugalidade, em que se faz presente a

dialética continuidade/descontinuidade. Quando duas subjetividades entram em jogo na conjugalidade, forma-se um espaço transicional, ou seja, um espaço de transição e de experimentação (Magalhães, 2009).

Nesse espaço, pode-se constatar a influência da transmissão psíquica geracional, uma vez que cada um dos cônjuges trará consigo características de suas famílias de origem – sendo estes elementos bem assimilados, introjetados, ou clivados, elementos traumáticos não metabolizados no psiquismo. A conjugalidade é um espaço intermediário, no qual tais elementos traumáticos podem emergir, uma vez que consiste numa situação de mudança e que, por isso, exige do ego uma reestruturação, uma reconfiguração.

Na conjugalidade, instaura-se o paradoxo fusão-separação (Puget e Berenstein, 1993), uma vez que o casal tenta se desvencilhar dos modelos parentais de suas famílias de origem, mas ao mesmo tempo aquilo que criam na nova vida conjugal é uma metabolização da herança geracional. Ao longo desta pesquisa, vimos apontando que existe uma realidade construída no encontro a dois, em que dois sujeitos impõem sua estranheza ao outro. Segundo Puget (2000), o que define o vínculo são os componentes inassimiláveis ao ego que se agregam à estranheza do outro, sustentando a distância necessária para que haja uma vincularidade. “A vertente intersubjetiva tem como eixo central a alteração-perturbação permanente a qual todo vínculo expõe, reconhecendo que um sujeito se cria em cada um de seus vínculos e, portanto, em cada contexto” (Puget, 2000, p. 74). O vínculo, contudo, pode ter potencialidades vinculantes ou, por outro lado, pode produzir somente o mesmo, em uma função desvinculante.

Este último caso – de função desvinculante – é exemplificado pela autora que se refere a casais nos quais os parceiros dizem saber tudo do outro, conhecem o outro plenamente, o que acaba por impossibilitar que o encontro amoroso continue produzindo novidades. Para que haja uma função vinculante, é necessário o trabalho sobre a diferença. Do ponto de vista da alteridade, há a condição de se reconhecer o outro, em seus diferentes valores e pontos de vista, assim como em relação aos seus aspectos inconscientes. Por outro lado, a estranheza do outro é, ao mesmo tempo, impossível de se reconhecer totalmente – há uma parcela de alteridade intransponível a qual se deve aceitar.

Puget e Berenstein (1993) estabelecem alguns tipos de vínculo de casal, baseados tanto em dados observáveis quanto a partir da significação inconsciente

desses vínculos. A estrutura dual de casal consiste num vínculo de tipo fusão, no qual a relação pode ser de simetria, gemelar, ou assimétrica, de complementariedade. Numa relação gemelar – como na clássica expressão “somos um só” –, há a recusa das particularidades de cada um e o vínculo mantém-se pela idealização. Nestas situações, os autores afirmam que se processa um vínculo com características de Objeto Único, bastando um código mínimo para a comunicação entre os membros do casal, pois se pressupõe a antecipação, a adivinhação através da visão especular, com destaque para o olhar, e o desejo de um ser a imagem especular do outro. Nesse tipo de organização vincular, as angústias fóbicas estão presentes nesses egos e são controladas pelo pacto inconsciente de que “nada melhor do que um como acompanhante do outro” (Puget e Berenstein, 1993, p. 36). O diferente é visto como perturbador, reforçando o vínculo ilusório de ser igual.

Quando o funcionamento de casal por gemelaridade se baseia em Tanatos, há uma sensação permanente de frustração, uma vez que o ego, que se mantém conectado com o objeto imaginado, vê na presença do objeto real, diferente, aspectos que não coincidem com a sua idealização (Puget e Berenstein, 1993). Os membros do casal estabelecem, assim, uma dependência adesiva, com a sensação de que cada um dos dois egos encontra-se incompleto.

Lemaire (2003) afirma ser difícil, num nível narcísico, implementar uma distinção total entre os parceiros amorosos – seria ilusório tal projeto –; ao passo que, em um nível lididinal e objetual, já se pode distinguir os diferentes sujeitos. Consideramos que as descrições de tipos de vínculos conjugais feitas anteriormente dizem respeito a relações mais narcísicas, isto é, relações em que é difícil fazer uma distinção entre os sujeitos, que estabelecem um vínculo gemelar.

Nos vínculos conjugais assimétricos, que se processam por complementariedade, Puget e Berenstein (1993) pontuam alguns modos pelos quais essas relações acontecem. Pode ser uma complementariedade enlouquecedora, em um modelo “amparador-desamparado”, o que consiste num vínculo com o Objeto Único, tendo este a função de assistente. Os membros do casal se mantêm fundidos, organizando-se um pacto inconsciente de não-agressão de um pelo outro, já que sempre paira uma ameaça de invasão pelo outro. Os autores dizem que o pacto é assim: “eu hei de conservar, como filho, uma relação com meus objetos parentais, enquanto concordo que tu também tenhas tua própria relação

com teus objetos parentais, em um setor onde nem eu nem tu possamos compartilhar, por corresponder a histórias diferentes” (p. 39). Entendemos que esse tipo de pacto considera que cada ego sofre influências da transmissão psíquica dos próprios objetos parentais, sem que haja influência no psiquismo conjugal. No entanto, consideramos que tal pacto tende a falhar, já que esse projeto não se sustenta, uma vez que sabemos que a herança psíquica da família de origem é o material que será metabolizado e dará origem ao eu conjugal.

Muitas vezes, o medo de um vínculo dependente é tão intenso que, defensivamente, recorre-se a um vínculo hiperdiscriminado. O “corpo-casal”, nas palavras de Puget e Berenstein (1993), pode ser percebido pelos parceiros como um elemento de fusão e couraça aprisionadora, sendo o vínculo hiperdiscriminado uma defesa ante o temor de engolfamento pelo outro. Consideramos interessante aprofundar a análise do tipo de funcionamento hiperdiscriminado, pois nesse caso há um empecilho para a formação do eu conjugal, já que nada consegue ser compartilhado, uma vez que na base disso há um temor da vivência de aprisionamento. Processa-se um esforço contínuo pela diferenciação e cada membro do casal defende o seu projeto individual – cada um terá uma comida diferente, um gosta de cinema, o outro de teatro, e assim em diante. Nesses casos, as relações sexuais são escassas, uma vez que despertam uma angústia confusional, de perda de limites, que não é tolerada neste tipo de vínculo (Puget e Berenstein, 1993).

A conjugalidade, de fato, pode mobilizar esse tipo de angústia confusional, de perdas de limites, pela constituição de um psiquismo compartilhado, assim como pela própria relação sexual contínua com o mesmo objeto. A relação sexual concretiza o vínculo com características fusionais do casal, uma vez que o corpo de um literalmente penetra o corpo do outro. A troca corporal tem uma marca única, considerando que a relação sexual fomenta a atividade ilusória de ser um só. Robert (2004) acrescenta que, no estado amoroso, não se é mais somente um – um dos parceiros acaba por amar a si através do amor do outro. O orgasmo, acrescenta o autor, pode ser considerado como um protótipo da regressão que ocorre na conjugalidade, sendo, portanto, uma fantasia de completude, de unidade narcísica.

A excitação sexual, segundo Kernberg (1995), envolve o desejo erótico, caracterizado pela identificação com a excitação sexual e o orgasmo do parceiro,

assim como o sentimento de transgressão derivado das proibições edípicas. Para o autor, a excitação sexual é:

[...] uma busca de prazer sempre orientada para outra pessoa, um objeto a ser penetrado ou invadido, ou que se é por ele penetrado ou invadido. É um anseio de proximidade, fusão e entrelaçamento que implica em cruzar poderosamente uma barreira e tornar-se um com o objeto escolhido (Kernberg, 1995, p. 24).

Kernberg (1995) considera, juntamente com muitos autores que traz para esse diálogo, que a busca de fusão simbiótica está incluída na psicodinâmica do desejo erótico, ou seja, faz parte da capacidade de estabelecer um relacionamento íntimo com um objeto diferenciado e integrado, uma vez que a capacidade de amar pressupõe o desenvolvimento normal da experiência simbiótica, assim como da fase de separação-individuação. Convém ressaltar que Kernberg (1995) distingue, nesse ponto, a experiência de fusão como atravessamento das fronteiras do *self*, mas na qual os parceiros mantêm uma identidade separada, da fusão regressiva, que obscurece a diferenciação entre *self* e não-*self*. O autor coloca a primeira como aspecto essencial da experiência subjetiva da paixão.

Há, contudo, um tipo de estrutura de casal, descrito por Puget e Berenstein (1993), que não se caracteriza pela fusão maciça entre os membros do casal, como alguns casos já abordados, mas sim consiste numa estrutura vincular na qual existem duas mentes discriminadas. Segundo os autores, nessa estrutura chamada “terceiridade ampla”: “O casal possui uma capacidade de representação de si mesmo, como um conjunto no qual o fornecido pelos egos é maior do que a soma de seus componentes” (p. 47). Nessa condição, ocorre a passagem de Objeto Único para Objeto Unificado, que foi citada no capítulo 1, ou seja, passa-se de uma vivência infantil, de obrigatoriedade e exclusividade da relação, para uma relação em que há acordos e intercâmbios e onde um é o melhor acompanhante para o outro. Essa poderia ser entendida como uma forma de vínculo conjugal mais saudável.

Eiguer (2008) acrescenta uma visão sobre os laços intersubjetivos considerados mais saudáveis, quando coloca que muitas pessoas constroem laços simbióticos, porque não compreendem que a distância é uma forma de preservar o laço e de tornar mais agradável a convivência.

Já entramos em contato com alguns exemplos clínicos de certos tipos de

vínculos conjugais e, a seguir, estudaremos, por fim, mais algumas manifestações clínicas, agora precisamente ligadas à presença do traumático na conjugalidade, sobretudo ligadas à escolha amorosa.

3.6.

Manifestações clínicas do traumático na conjugalidade

Conforme vimos trabalhando, o tema da marca da família de origem na conjugalidade não é um assunto totalmente novo, apesar de que contemporaneamente tem sido foco de atenção dos autores da área de casal e família. Freud já falava sobre a importância dos pais para a escolha sexual do filho em 1905, nos seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, quando afirma que:

Em vista dessa importância do relacionamento infantil com os pais para a escolha posterior do objeto sexual, é fácil compreender que qualquer perturbação desse relacionamento terá as mais graves consequências para a vida sexual na maturidade; também ao ciúme dos amantes nunca falta uma raiz infantil, ou pelo menos um reforço infantil (Freud, 1905, p. 216).

Esse foi o caminho por nós percorrido ao longo desta pesquisa: buscando investigar não somente a escolha do objeto sexual como pautada nos modelos parentais, mas também a própria instauração da conjugalidade, com a necessidade de os membros do casal estabelecerem um eu conjugal, sem, contudo, deixarem de lado suas individualidades. Trata-se, portanto, de lidar com as transmissões entre as gerações, contendo elementos traumáticos e elaborados, assim como com as transmissões intersubjetivas entre os membros do casal, por meio dos mecanismos de identificação. Alguns elementos traumáticos podem ficar como resíduos mal elaborados provenientes dos modelos parentais, o que exercerá efeitos na conjugalidade.

Na terapia com casais neuróticos, Eiguer (1985) identifica um tipo de escolha amorosa qualificada por ele como “defensiva”, que seria aquela em que se escolhe alguém que é o oposto – comparado com uma escolha edípica. É defensiva por ser uma recusa em escolher alguém parecido com a figura parental do sexo oposto, então se opta por escolher um objeto com características da figura parental do mesmo sexo do sujeito: uma escolha homossexual, portanto. No

entanto, essa escolha aponta para aquilo que o pai ou a mãe não são, isto é, pode remeter ao objeto inconsciente interior dos pais – que são, por sua vez, os avós. “A escolha objetal pode, assim, recobrir o Édipo parental inconsciente (do pai) vivido pelo jovem em sua escolha, quer dizer, um parceiro fantasmático muito investido pelo pai ou pela mãe (por exemplo, o avô materno para o rapaz, a avó paterna para a moça)” (Eiguer, 1985, p. 33).

Eiguer (1985) exemplifica suas ideias com outras situações clínicas em que as escolhas amorosas são estabelecidas a partir de padrões patológicos e regressivos. O autor apresenta quadros clínicos de escolha de objeto anaclítica, nos quais identifica um sentimento de perda na base da escolha, mas não ligado à castração (como nos casos de escolha de objeto edípica), e sim ligado ao temor da solidão, a uma não superação da posição depressiva. Seriam as escolhas em que o que seduz é a tristeza e o luto do outro; ou casos em que o parceiro representa um personagem idealizado, substituto de uma carência de mãe ou pai; ou mesmo casos em que a escolha é perversa, no sentido de buscar explorar a dificuldade do outro, almejando uma dominação.

Sobre a escolha de objeto narcisista, Eiguer (1985) enfatiza que tal escolha dará forma à organização inconsciente da família, exemplificando principalmente com casos de famílias com filhos psicóticos. Os casais narcisistas são aqueles em que um dos dois tem um problema psíquico grave, sendo relações baseadas na arrogância e que têm como ponto central a onipotência – escolhe-se porque o outro se ama fortemente e é isso que o torna atraente. A presença de filhos, em casais narcisistas, segundo o autor, relaciona-se em geral com uma substituição do vazio objetal inconsciente. Além disso, podemos acrescentar que os filhos seriam projeções narcísicas desses pais, não sendo considerados como sujeitos independentes.

Consideramos que no tipo de escolha narcisista, assim como nas escolhas do tipo anaclítica, em que se apresenta o sentimento de angústia permeando a escolha do parceiro, está presente uma dimensão traumática com característica de um trauma desestruturante. Melhor dizendo, nesses casos parece não só se apresentar um aspecto traumático constitutivo, como seria aquele referente ao temor da castração, próprio à trama edípica, mas principalmente se encontra presente uma base melancólica, ou um traço perverso ou um aspecto narcisista,

dependendo da situação clínica analisada e do que subjaz à escolha de objeto de amor.

Monique Dupré Latour (2005), no artigo *Couple et traumatisme*, interroga-se sobre o modo como o casal pode ser o lugar de organização, digestão e elaboração dos traumatismos e por quais processos o aparelho psíquico do casal transmite o trauma, já com alguma elaboração. A autora analisa a transmissão do trauma principalmente a partir da escolha amorosa. Traz a argumentação sobre dois tipos de identificação que podem surgir entre os membros do casal no momento da escolha amorosa: as identificações positivas e negativas. As positivas são mais conscientes e adaptadas à realidade. Já as negativas têm em sua base uma questão traumática inconsciente, sendo que o laço psíquico formado não possibilita a simbolização e a verbalização – a dimensão transicional do laço torna-se, portanto, permeada pela fusão.

Latour (2005) diz, ainda, que a escolha de um parceiro pode ser implementada por uma ressonância identificatória, isto é, pessoas que sofreram o mesmo trauma podem melhor se compreender e, por isso, escolhem uma à outra. A escolha nesse caso é pautada, portanto, por um tipo de reconhecimento, e não de conhecimento.

Os membros de um casal podem vir a estabelecer uma relação como a de dois irmãos que competem e disputam, que se sentem preteridos por um terceiro, assim como tinham ciúmes do amor da mãe. Essas situações podem ocorrer, por exemplo, no caso de uma traição de um homem que busca uma outra mulher fora do casamento – a parceira pode disputar com essa mulher, assim como disputava, no passado, com um irmão pelo amor da mãe. Outro exemplo seria o de um homem que sente ciúmes da mulher com os filhos, sentindo-se angustiado ao se perceber excluído dessa relação dual, assim como ocorreu com ele no passado quando a mãe teve o segundo filho e passou estar mais distante dele. Situações como essas são relatadas por Hervé (2003), que identifica, na psicoterapia de casal, a presença da transmissão desses fantasmas da infância dos parceiros, que acaba por ser sentida pela terapeuta a partir da contratransferência.

A perspectiva por nós adotada nesta pesquisa sobre a conjugalidade considera o ponto de vista intersubjetivo e também, de certa forma, o intrapsíquico – neste caso, quando investigamos as raízes no psiquismo da escolha amorosa feita pelo sujeito, membro de um casal. A perspectiva intersubjetiva é

adotada para refletir sobre as transmissões psíquicas que influenciam a vida conjugal, seja na relação entre os dois, seja na relação dos cônjuges com suas famílias de origem. Estas duas dimensões importantes estão presentes na psicoterapia com casais: a dimensão grupal (interpessoal) e a dimensão individual (intrapsíquica).

Na dimensão grupal, segundo Lemaire (1998), apresentam-se, por meio do discurso grupal, os fantasmas comuns ou compartilhados que justificam a criação do conceito de “aparelho psíquico grupal”, no lugar de só se pensar sob o ponto de vista do funcionamento individual. Na clínica, o autor sinaliza que a expressão desses fantasmas aparece através do “compartilhamento das emoções” – verifica-se um contágio psíquico entre os membros do casal, o qual associa com formas regressivas de relacionamento, que envolvem angústias arcaicas, como aquelas descritas por Melanie Klein. O casal, segundo o autor, é um grupo primário, apoiado em uma “colusão inconsciente” de suas problemáticas, tendo uma referência forte, ainda que inconsciente, na família de origem. Lemaire (1998) afirma que a colusão inconsciente está na base do funcionamento de todo casal, não sendo necessariamente um funcionamento patológico. Esta contribui, segundo ele, para a organização inicial dos laços conjugais. Tornar-se-ia patológica se a colusão inconsciente estivesse fixada num estágio da organização libidinal (por exemplo, sádico-anal) sem a possibilidade de transitar entre os mesmos.

Cada membro de um casal aprendeu um modo de ser, um modo de se relacionar, um modo de se comunicar, seja pela fala, seja pelos gestos, de acordo com a sua história, com a sua família de origem. Na psicoterapia com casais, Lemaire (1998) afirma que aparecem na cena o “não-dito” que permeia o laço conjugal, os segredos íntimos, os jogos retóricos, ou seja, tudo aquilo que René Kaës dominou como “pacto denegativo”.

O conceito de “pacto” refere-se, em geral, ao que está na ordem traumática, ao passo que, em contraposição, o conceito de “aliança” está mais ligado a uma intersubjetividade não traumática, quando buscamos compreender a qualidade dos vínculos inconscientes que se dão na conjugalidade. De uma forma ampla, o conceito de “aliança inconsciente” diz respeito, segundo Kaës (2009), a todos os laços intersubjetivos, transubjetivos e sociais. O laço intersubjetivo organiza-se sob duas polaridades: funda-se positivamente por meio dos investimentos mútuos, pelas identificações comuns, pela comunhão de ideias e

crenças e pela ilusão da criação de um espaço potencial; por outro lado, organiza-se negativamente pelas diversas operações defensivas que em todo laço são necessárias para que o mesmo se constitua e mantenha-se frente ao risco de destruição. Essas operações defensivas são, por exemplo, o recalque, a recusa e a clivagem.

Os pactos denegativos seriam derivados patológicos das alianças inconscientes. Sobre o pacto denegativo propriamente dito, Kaës (2009) aponta duas condições necessárias para o seu estabelecimento: que os fantasmas e as identificações inconscientes sejam mobilizados em cada membro do laço; e que seja constituída uma realidade psíquica comum e compartilhada, mesmo que os investimentos dos dois não sejam mantidos de forma durável. Kaës diz que o pacto denegativo apresenta duas facetas: por um lado, este faz parte das alianças necessárias à estruturação do laço – o que nos faz compreender a precondição anteriormente citada da criação de uma realidade psíquica comum; e, por outro, o pacto denegativo pode vir a funcionar como uma aliança alienante, em casos patológicos.

De todo modo, o autor afirma que os pactos denegativos fazem parte dos laços conjugais, assim como de muitos outros, e seus efeitos manifestam-se nas repetições, nos sintomas compartilhados, nos objetos bizarros e enigmáticos e nos *acting*. Os pactos denegativos trazem à tona não somente conteúdos inconscientes ligados à falta, à castração, à separação e à perda, mas sim – e principalmente – conteúdos ligados à destruição, ao impossível e ao impensável (Kaës, 2009). Esses aspectos referem-se à transmissão do negativo; negatividade esta que Kaës afirma não ser possível de ser totalmente absorvida e transformada pelo laço, pelo trabalho psíquico que envolve tal aliança.

3.7.

Para finalizar: um olhar para a clínica de casais

Em nossa pesquisa, quando buscamos compreender a transmissão de elementos traumáticos na conjugalidade, as considerações teóricas trazidas por Kaës acerca das alianças inconscientes e dos pactos denegativos são extremamente importantes, já que a formação do eu conjugal pressupõe a assimilação de aspectos inconscientes do outro – sintomas compartilhados e

objetos enigmáticos. O autor também coloca não ser possível assimilar e transformar totalmente o negativo que é transmitido pelo outro na formação das alianças inconscientes, portanto, os elementos traumáticos – sejam ligados às fantasias edípicas ou de castração, sejam ligados a lutos não elaborados, segredos ou criptas encapsuladas no psiquismo – talvez possam nunca ser totalmente elaborados.

Consideramos que esses aspectos traumáticos encontram-se presentes, em maior ou menor grau, em todo psiquismo, e não somente em casos de patologias graves. A neurose comum abarca conteúdos pulsionais excessivos, o que não diz respeito a situações traumáticas desestruturantes, mas sim a aspectos traumáticos constituintes do psiquismo. São os objetos perdidos, a falta, o recalque, a patologia e os lutos que são transmitidos “negativamente” por meio das alianças inconscientes que se processam na instauração da conjugalidade. Cada membro do casal terá tido uma vivência familiar, terá uma história própria que comporta esses elementos mal integrados ao psiquismo. Sendo assim, quando ocorre a formação do psiquismo compartilhado pelo casal e, portanto, o processamento da transmissão inconsciente entre os mesmos, tais aspectos seriam resgatados. Kaës (2009) considera o conceito de aliança inconsciente como central nas discussões teóricas sobre transmissão psíquica intergeracional ou transgeracional, porque essas alianças são os mecanismos de passagem e de laço entre os espaços psíquicos.

Um tipo de aliança inconsciente, conforme já apontamos, ocorre no laço conjugal, na formação da conjugalidade, na qual se estabelece um acordo amoroso. O acordo amoroso, segundo Kaës (2009), é em grande parte um reencontro de uma relação narcísica perdida e, portanto, uma ilusão de completude; mas também exige o reconhecimento da alteridade do objeto, logo, a noção de diferença e complementaridade é fundamental. Kaës concorda com o pensamento de muitos autores pós-freudianos de que um casal amoroso se forma a partir do apagamento parcial das fronteiras egoicas de cada um dos membros, o que ocorre por meio dos processos de identificação, idealização e clivagem. Assim se constitui a noção de “nós”, segundo aponta o autor, e acrescentaríamos a noção de “eu conjugal”, de acordo com a nomenclatura que estamos adotando nesta pesquisa.

Junto com a formação de um psiquismo compartilhado, coloca-se a difícil

tarefa, segundo Kaës (2009), de amar ao outro, ser amado e amar a si mesmo, o que confronta os sujeitos com a necessidade de aliar amor narcísico e amor objetal. O laço amoroso pressupõe um trabalho psíquico de experimentação de ilusão e desilusão, atravessado nas crises, nas ligações que são feitas e refeitas ao longo do tempo, ou seja, todos os momentos pelos quais um casal passa, os quais permitirão a co-construção de um espaço psíquico próprio do casal.

Muitos casais apresentam conflitos, que chegam até a culminar em separação, com relação à necessidade de conciliar a criação de um espaço psíquico compartilhado e, por outro lado, a preservação do funcionamento psíquico individual de cada um dos membros do casal. Lemaire (1998) sinaliza que uma causa muito frequente de rupturas de casais está exatamente nessa necessidade de proteger o espaço psíquico individual. O autor aponta que a cultura contemporânea exige declarações de independência que se opõem às aspirações fusionais dos casais, os quais, portanto, oscilam entre a fusão e a tentativa de defender cada um a sua individualidade.

Esse argumento alia o ponto de vista psíquico ao social. Se considerarmos, contudo, estritamente o ponto de vista psíquico, entendemos que o casal representa um modo de organização defensiva para seus membros: defesa psíquica contra disposições psíquicas pré-genitais e edipianas, conforme estamos apontando ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Buscamos caracterizar e discutir toda a luta travada pelos membros de um casal entre a tentativa de ser um só, constituindo um psiquismo compartilhado, e a tentativa, ao mesmo tempo, de manter um *self* discriminado, pelo temor de fusão que o laço conjugal suscita. Convém ressaltar, ainda, que consideramos o fator da criatividade importante na conjugalidade, uma vez que ao casal confere-se a possibilidade de criar um modo alternativo de relação, se estiver atento às pressões exercidas pela herança geracional, o que pode ser trabalhado terapeuticamente.

Ressaltamos, nesse ponto, a importância desta pesquisa para a clínica, no sentido da possibilidade de estudar um tema cuja aplicação prática é relevante – o psicanalista de casal deve estar atento à transmissão do trauma na conjugalidade para que a questão que origina a angústia possa ser aprofundada terapeuticamente no tratamento psicanalítico de casais. Magalhães e Féres-Carneiro (2004, p. 248) ressaltam que “é na clínica, sobretudo por meio do dispositivo psicanalítico da

transferência, que podemos resgatar, ressignificar e favorecer a reapropriação do que foi transmitido”. Eiguer (2001) também indica que é na transferência que se torna possível recolher as representações ancestrais que estão na base das identificações de nossos pacientes.

O ponto de vista da clínica não foi, contudo, nosso foco de interesse nesta pesquisa. Alvarenga (1996) percorre a trajetória da construção desse campo que é a psicanálise de casal e destaca a questão da fusionalidade, articulada ao narcisismo, como estando na base de qualquer escolha amorosa. Para ela, a problemática fusional justifica a indicação de terapia de casal, que deveria ser realizada por meio de seu modelo inovador de “entrevistas preliminares”, visando discriminar as duas subjetividades. A questão de uma proposta clínica para o tratamento de casais que trazem como problemática a dificuldade na elaboração de uma herança psíquica traumática fica, portanto, para futuras pesquisas.